



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
PESSOA FÍSICA**

Ao(À) Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil na ____ª Região Fiscal.

_____,
(nome completo e atividade profissional) domiciliado(a) na (Rua/Avenida/Praça/Travessa)
_____, nº_____, bairro _____, cidade
_____, CEP _____, telefone (____)_____,
e-mail _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob
o nº_____(obrigatório), por meio de seu(sua) representante legal ou
procurador(a), o Sr.(a) _____, portador(a) do
documento de identidade nº _____, expedido por _____, vem, na
forma da Instrução Normativa RFB nº 740, de 2 de maio de 2007, formular consulta sobre a
interpretação da legislação tributária relativa a tributo administrado pela Secretaria da Receita
Federal do Brasil (RFB), com o seguinte teor:

[O teor da consulta deve:

- 1) indicar o dispositivo da legislação (Lei, Decreto, Regulamento, Instrução Normativa, Ato Declaratório, etc, com especificação de artigo, inciso, parágrafo e alínea, se for o caso) causador da dúvida de interpretação;*
- 2) descrever detalhadamente o fato relacionado à atividade do(a) interessado(a) a que será aplicada a interpretação solicitada;*
- 3) apresentar de forma objetiva qual a dúvida específica do(a) interessado(a) na interpretação do dispositivo da legislação indicado; e*
- 4) limitar-se a fato determinado, contendo descrição detalhada de seu objeto e indicação das informações necessárias ao esclarecimento da dúvida.]*

Por fim, o(a) consulente(a) declara que:

- a) não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria objeto da consulta;
- b) não foi intimado(a) a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta; e
- c) o fato exposto na consulta não foi objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que foi parte.

_____, ____ de _____ de _____
(local e data)

(nome e assinatura do contribuinte ou de seu representante legal ou procurador)